

PORTARIA Nº26/2017

Dispõe sobre a gestão e fiscalização da execução dos instrumentos jurídicos celebrados pela Fundação Helena Antipoff e dá outras providências.

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO HELENA ANTIPOFF, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso I do Decreto nº45.826, de 20 de dezembro de 2011, e em respeito ao disposto na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente na sua Seção IV – Da Execução dos Contratos.

RESOLVE


Art. 1º - Designar os servidores, **JEFREI HENRIQUE ALCANTARA, MASP 1390837-1** e **JOSE JOAQUIM DE CRISTO, MASP13924212**, como fiscais do **CONTRATO Nº5/2013, Processo nº2151004002/2013**, celebrado com a empresa **UNIDATA AUTOMOÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº26.179.697/0001-01, tendo como objeto a contratação do serviço de gerenciamento do abastecimento da frota de veículos, referente a Ata de Registro de Preços nº3/2012, Planejamento 35 A/2010.

Art. 2º - O fiscal deverá atuar em obediência as cláusulas postas no instrumento jurídico e as disposições postas na legislação estadual pertinente, e ainda aos atos internos desta Fundação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura

Ibirité, 9 de novembro de 2017.


Maria do Carmo Lara Perpétuo
Presidente da
Fundação Helena Antipoff

à vista de requerimento de aposentadoria pelo art. 6º da EC 41/03 e c/ 5º do art. 40 da CF/88, com direito a remuneração integral, correspondente a carga horária de 119 h/a...

AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA - ATO Nº 142/2017
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA, nos termos do § 2º do art. 36 da CF/1989, da servidora: Lígia Santos...

AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA - ATO Nº 143/2017
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA, nos termos do § 2º do art. 36 da CF/1989, da servidora: Lígia Santos...

AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA - ATO Nº 144/2017
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA, nos termos do § 2º do art. 36 da CF/1989, da servidora: Lígia Santos...

AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA - ATO Nº 145/2017
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, a ser concedida nos termos do inciso I do § 1º do art. 40 da CF/1988...

AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA - ATO Nº 146/2017
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, a ser concedida nos termos do inciso I do § 1º do art. 40 da CF/1988...

AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA - ATO Nº 147/2017
REGISTRA AFASTAMENTO PRELIMINAR A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA, nos termos do § 2º do art. 36 da CF/1989, da servidora: Belo Horizonte...

ANULAÇÃO - ATO Nº 104/2017
ANULA NO ATO que se refere a(s) servidor(es): Lagoa Santa E.E. Nilo Maurício Trindade Figueiredo - 9407, MASP 103531-9...

ANULAÇÃO - ATO Nº 105/2017
ANULA NO ATO que se refere a(s) servidor(es): São José da Lapa - E.E. Jose Elias Isca - 11096, MASP 3139606-0, Adriana Lopes Silva, EREBIL, 2º cargo, no 1º quinq. de exercício...

ANULAÇÃO - ATO Nº 106/2017
Anula no ATO que se refere a(s) servidor(es): Santa Luzia - Servidor em afastamento preliminar a Aposentadoria, MASP 368256-4, Luziane da Silva Martins, ATBM 3º cargo, de retificação de afastamento preliminar a aposentadoria, Ato nº 81/2017, publicado em 21/10/2017...

FÉRIAS-PRÊMIO AFASTAMENTO - ATO Nº 181/2017
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do inciso I § 2º do art. 3º da Resolução Conjunta SEPLAC/SEE Nº 8.656, de 02/07/2012, a(s) servidor(es): Ribeirão das Neves - E.E. Francisco Labanca - 10197, MASP 828168-5, Rute da Silva Dias Pimenta, PEI2M, 1º cargo, por 01 mês, ref. ao 4º quinq. de exercício...

FÉRIAS-PRÊMIO AFASTAMENTO - ATO Nº 182/2017
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do inciso I § 2º do art. 3º da Resolução Conjunta SEPLAC/SEE Nº 8.656, de 02/07/2012, a(s) servidor(es): Belo Horizonte - E.E. Professor Manoel Soares Duarte, MASP 103531-9, Simone Kelly Menezes, PEI1, 1º cargo, por 01 mês, ref. ao 4º quinq. de exercício...

FÉRIAS-PRÊMIO AFASTAMENTO - ATO Nº 183/2017
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do inciso I § 2º do art. 3º da Resolução Conjunta SEPLAC/SEE Nº 8.656, de 02/07/2012, a(s) servidor(es): Belo Horizonte - E.E. Professor Manoel Soares Duarte, MASP 103531-9, Simone Kelly Menezes, PEI1, 1º cargo, por 01 mês, ref. ao 4º quinq. de exercício...

FÉRIAS-PRÊMIO AFASTAMENTO - ATO Nº 184/2017
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do inciso I § 2º do art. 3º da Resolução Conjunta SEPLAC/SEE Nº 8.656, de 02/07/2012, a(s) servidor(es): Belo Horizonte - SRI - Metropolitan CA - 41, MASP 112892-4, Marcos Wellington Marzagão, TDE2, 1º cargo, por 01 mês, ref. ao 1º quinq. de exercício...

FÉRIAS-PRÊMIO AFASTAMENTO - ATO Nº 185/2017
AUTORIZA AFASTAMENTO PARA GOZO DE FÉRIAS-PRÊMIO, nos termos do inciso I § 2º do art. 3º da Resolução Conjunta SEPLAC/SEE Nº 8.656, de 02/07/2012, a(s) servidor(es): Belo Horizonte - E.E. Aníbal de França - 2313, MASP 368278-8, Maria Madalena Faustino, ATBM, 2º cargo, por 01 mês, ref. ao 4º quinq. de exercício...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

FUNDACÃO HELENA ANTIPOFF
Presidente: Maria do Carmo Lara Perpetuo
PORTARIA FIA Nº 27/2017
Institui a Comissão para execução do Processo Seletivo Simplificado...

ATO Nº 406/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o afastamento de todos os Defensores Públicos que tiverem a autorização da respectiva coordenação...

ATO Nº 393/2017
CONCEDE LICENÇA PATERNIDADE, nos termos do art. 9º, da Lei Complementar nº 665, de 16 de janeiro de 2003, por 05 (cinco) dias, com prorrogação por mais 15 (quinze) dias, nos termos do art. 2º da Deliberação nº 07/2016, de 06 de maio de 2016, ao Defensor Público: 0808, Daniel Teixeira Dantas, a partir de 20/10/2017.

ATO Nº 395/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Horácio Vanderlei Tostes, Mader 97 e Ana Paula Antunes, Mader 731, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 397/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 399/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Horácio Vanderlei Tostes, Mader 97 e Ana Paula Antunes, Mader 731, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 400/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 401/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 402/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 403/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 404/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 405/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 406/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 407/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 408/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

ATO Nº 409/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o pedido, o afastamento dos Defensores Públicos Bruno César Canales, Mader 770 e Beno Benveniste Kozick, Mader 877, para participar do XIII Congresso Nacional de Defensores Públicos, nos dias 14 a 17 de Novembro, na cidade de Florianópolis, assegurada a continuidade e a eficiência do serviço público.

define o valor do benefício, com acréscimo de 20% sobre o valor normal de trabalho conforme o seu artigo 12, posto que os verbetes "nos termos do regulamento" não nada mais e nada menos termos acessórios da oração: "o serviço normal, prestado no horário compreendido entre 22 (vinte) e duas horas de um a 5 (cinco) horas da dia seguinte, será remunerado com o valor-hora normal de trabalho acrescido de 20% (vinte por cento)..."

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

DELIBERAÇÃO Nº 27/073 CAP/17
Expedido Delator de Souza - Mat-516.077 - Conselheira Patrícia Gobbo, Julgamento 10/10/17
Servidor do DEER/MG - Reajuste - Decreto nº 36.829/95 - Prescrição do Fundo de Indenização - Não provimento.

Advocacia-Geral do Estado

Advogado-Geral: Onofre Alves Batista Júnior

Expediente

ATO AGE Nº 2.162, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2017

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

DO ADVOGADO-GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no art.128, §2º, da Constituição do Estado; no art.7º A, da Lei Complementar nº 83, de 28 de janeiro de 2005 e no Decreto nº 45.826, de 20 de dezembro de 2011, em respeito ao disposto no art. 8º, inciso II, do art. 37, inciso I, da Constituição Federal...

Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais

Defensor Público-Geral: Christiane Neves Procopio Malard

Expediente

ATO Nº 405/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o afastamento de todos os Defensores Públicos com atuação na execução penal que tiverem a autorização da respectiva coordenação...

ATO Nº 406/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o afastamento de todos os Defensores Públicos com atuação na execução penal que tiverem a autorização da respectiva coordenação...

ATO Nº 407/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o afastamento de todos os Defensores Públicos com atuação na execução penal que tiverem a autorização da respectiva coordenação...

ATO Nº 408/2017
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição estabelecida no art. 9º, XXXVIII, da Lei Complementar Estadual nº 65/2003, AUTORIZA, o afastamento de todos os Defensores Públicos com atuação na execução penal que tiverem a autorização da respectiva coordenação...